

Correio de COIMBRA



SEMANÁRIO — COIMBRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1971 — N.º 2478 — ANO L — (AVENÇ.)

DIRECTOR E EDITOR — URBANO DUARTE — CHEFE DA REDACÇÃO — AUGUSTO NUNES PEREIRA — PROPRIETÁRIO DA DIOCESE DE COIMBRA — REDACÇÃO — BAIRRO DE S. JOSÉ, 2 — COIMBRA — TELEF. 28884
ADMINISTRAÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — GRÁFICA DE COIMBRA — TELEF. 22857

PROMOÇÃO CIENTÍFICA

Vimos no artigo anterior, sobre promoção social e profissional, que em todos os países civilizados a promoção social é um facto e absorve somas astronómicas, procurando-se em todos os campos, em especial no da instrução primária e até secundária, que não haja deserções devidas a desleixo ou preguiça. É assim que a escolaridade no primeiro escalão sobe de país para país por vezes cem por cento. Enquanto que em Portugal atinge os seis anos, prevê-se já a subida para oito, a verdade é que todos os portugueses sabem que se pretende que os filhos fiquem aptos a ocupar lugares públicos, e até de muitas empresas privadas, sendo necessário que voluntariamente estendam a escolaridade até mais longe. Mas na realidade a taxa de rendimento profissional variará no mesmo sentido? Esses anos a mais, que deveriam representar maior soma de material rentável no desempenho das tarefas, raras vezes são traduzidas em ganhos. O ideal seria que em cada profissão houvesse um curso prático de especialização, mas as

profissões são tantas que seria impossível consegui-lo. É por isso que foram criados cursos de preparação acelerada, que em certas profissões se exige um certo período de estágio ou prática, principalmente nas profissões liberais em que a prepa-

peço
Eng. J. de Sousa Brandão

ração escolar superior é puramente teórica. O mal agrava-se em profissões altamente especializadas, algumas em que nem sequer há orientadores especializados, e onde portanto se apresentam dois caminhos ao candidato: ou se queda na estagnação e deixa correr o tempo sem fazer ondas; ou se procura por vários meios e vias, com imenso dispêndio de tempo, escrever a este e àquele especialista estrangeiro, pedindo esclarecimentos, e gasta rios de dinheiro na aquisição de livros e revistas onde seja possível ir beber o elixir salvador, que o torne um profissional capaz e digno

do lugar que ocupa. O contrário é envergonhar-se, envergonhar os Serviços e nada produzir capaz.

Insisto muita vez neste ponto porque tive a sorte de ter por mestre e depois director alguém que durante mais de duas décadas, dia a dia, e constantemente, foi livro aberto e esclarecedor, pronto a guiar e ensinar aqueles que, poucos eram, queriam na verdade aprender. Quantas vezes ouvi as suas lamentações a propósito de A ou B, até mesmo professores, e certas confidências que guardo em notas escritas das minhas Memórias, ainda inéditas, que são o rasgar de um véu que encobre para muita gente grandes verdades. Eu posso testemunhá-lo e é por isso que insisto sempre e me repito, procurando despertar consciências e não deixar que se afundem dignidades.

Mas, se há diferença entre promoção social e profissional, se bem que ambas se interpenetrem, certo é também que para além delas há para certos escalões profissionais a promoção científica, aquela que geralmente atinge a alta especialização e que muita vez apenas diz respeito a uma escassa dezena de pessoas, às vezes bem menos. Como pensar portanto em especialização junto deste ou daquele, se às vezes só no estrangeiro há remédio e nem sempre as verbas podem desviar-se para tudo que é preciso?

Esta promoção científica apanha os candidatos sem preparação. É que a existência de determinada carreira bem remunerada, atrai e seduz, mas é preciso que o candidato possua a suficiente dignidade ou brio profissional que façam sentir a exigência premente de uma valorização científica, intensa, faticosa. Nicolau V incorporou na Universidade o estudo ou escola teológica franciscana existente em Lisboa. Este facto leva-nos a pensar num reforço da crença na Imaculada Conceição entre os universitários, mestres e alunos.

Estabelecida definitivamente e dispendiosa, mas que compensa moralmente quando num futuro, mais ou menos próximo, se colhem os frutos e se pode confrontar o que sabemos com o vácuo e nulidade que encontramos naqueles que não sabem o que é cumprir.

Todas as profissões são de

(Continua na pág. 5)

(Continua na pág. 5)

«FÁTIMA DESMASCARADA»

RESPOSTA DE JOÃO ILHARCO

Novamente, ao abrigo das disposições da Lei da Imprensa, desejo que esta resposta seja publicada no «Correio de Coimbra».

Para melhor ordenação de ideias — minhas e do leitor — dividirei em partes a resposta.

1.ª

Se eu viesse publicamente para um órgão da imprensa acusar o sr. Cónego Urbano Duarte de ser um bêbedo, um grosseirão e um chantagista de alto coturno e não apresentasse imediatamente as provas indubitáveis de que as minhas acusações eram verdadeiras, toda a gente teria o direito de me considerar caluniador.

Ora o sr. Cónego Urbano Duarte, em termos pouco claros, escreveu o que vou transcrever no «Correio de Coimbra», órgão diocesano, de que é director:

«E atinge o cúmulo do despudor quando, para evitar o escândalo que o seu livro provocaria, se dispôs a receber 700 contos em troca da sua não publicação!...»

(Continua na pág. 2)

COMENTÁRIOS ÀS ALEGAÇÕES

O PLANEAMENTO DA CHANTAGEM DE 800 CONTOS

«Novamente», «ao abrigo da Lei da Imprensa», o sr. João Ilharco pede que a sua resposta seja publicada no «Correio de Coimbra». Ela aí vai — bem contra a opinião de alguns leitores que, julgando-se cabalmente elucidados, interpretam o prolongamento das alegações-comentários como simples instrumento a serviço do comércio de um livro desonesto; e também contra o espírito da Lei da Imprensa que, se legitima a defesa contra acusações injustas, não obriga nenhum jornal a aceitar escritos que vagabundeiam por assuntos já afastados da incidência pessoal. Por mim, gosto que o sr. João Ilharco apareça, desde que use e não abuse. O gosto por esta simples razão: quem o ler fica a conhecer a segurança intelectual do autor da «Fátima Desmascarada» — ele pró-

(Continua na pág. 2)

NOMEADA A COMISSÃO DO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO «IUSTITIA ET PAX»

Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor Bispo D. Alberto Cosme do Amaral, Vigário Capitular da Diocese de Coimbra, usando das facultades especiais concedidas pela Sagrada Congregação dos Bispos conforme o Prot. n.º 403/71, erigiu no dia 21 do passado mês de Novembro, festa de Cristo Rei, o Instituto Universitário Iustitia et Pax.

Em seguimento do Decreto de criação do referido Instituto

nomeou a Comissão Instaladora que é constituída pelos estudantes Fernando Bento Alves, de Direito; Maria Augusta Domingues Amado Mateus, de Ciências; Maria das Dores Formozinho Simões, de Letras; Adriano Jorge Correia Dias, de Direito; e ainda pelos Dr. Francisco de Assis Faria, professor na Faculdade de Letras, e Dr. José Bernardo Keating, assistente da Faculdade de Medicina.

A PALAVRA DO PAPA

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Papa Paulo VI fez votos por uma presença mais acentuada dos católicos italianos no campo das comunicações sociais ao dirigir-se, no dia 27 de Novembro p. p., aos 500 participantes do «Encontro dos Operadores Pastorais da Comunicação Social» e aos colaboradores do importante jornal católico italiano «Avvenire». Estes últimos entregaram ao Santo Padre a importância de 70 milhões de liras destinadas aos refugiados do Paquistão Oriental. Paulo VI agradeceu aos redactores e ao pessoal do jornal, bem como a todos aqueles que contribuíram para a subscrição organizada pelo «Avvenire».

A propósito destas palavras do Santo Padre, recordamos que em Coimbra pouco se está a aproveitar, para fins pastorais, a boa vontade que certamente se encontraria, no Emissor Regional.

E no campo da imprensa, estaremos a aproveitar todas as possibilidades e a dar todo o apoio àquilo que já existe?

A FORÇA FÍSICA SEM A ESPIRITUAL NÃO PASSARIA DE FORÇA BRUTA

Ao receber em 25 de Novembro p. p., uma delegação da Academia Nacional de Judo, da Itália, Paulo VI afirmou que o Judo pode inspirar «uma forma de vida e de estudo ascético». Fez votos para que esse desporto «possa atingir a perfeição no respeito estrito e generoso dos princípios cristãos, porque a força física sem a espiritual não passaria de força bruta, sem dignidade nem razão de ser».

O que disse Paulo VI a propósito do judo pode aplicar-se a qualquer outra competição desportiva. Se os princípios morais não forem respeitados, predomina a lei da força bruta, e o desporto degrada-se. Quando, pelo contrário, o desportista não só respeita os princípios morais, mas até os princípios cristãos, então o desporto dignifica-se e pode inspirar o desejo de aperfeiçoamento moral para se conseguir a vitória sobre as paixões. Na preparação, no decorrer, e no final de qualquer jogo há, de resto, ocasião de praticar muitas virtudes.

REGISTO DE SOM

FREI MANUEL DA ESPERANÇA E A IMACULADA CONCEIÇÃO

No dia 26 de Novembro completaram-se 301 anos sobre o falecimento de Frei Manuel da Esperança, ocorrido em Lisboa em 1670. Ignoramos se alguém lhe celebrou em 1970 o terceiro centenário.

Lembrei-me agora dele ao encontrar o seu nome na Enciclopédia Verbo. E falo agora nele, porque estamos em vésperas da Senhora da Conceição, e ele foi um grande defensor das doutrinas do seu confrade João Duns Scotto. Quando, após a Restauração, D. João IV quis que os leites e doutores da Universidade de Coimbra jurassem defender as doutrinas da Imaculada Conceição de Maria, Frei Manuel da Esperança foi encarregado de refutar as objecções postas pelo senado universitário. E embora com alguma acrimónia, no dizer do Dr. António de Vasconcelos, refutou-as todas.

Seguidamente a Universidade prestou o juramento a 28 de Ju-

ho de 1646, com toda a solenidade, e na sua capela foi colocada uma lápide comemorativa.

Foi por decreto de 24 de Março de 1646 que D. João IV, depois de reunidas as Cortes Gerais, elegeu Padroeira do Reino Nossa Senhora da Conceição. A influência dos franciscanos para esta decisão deve ter sido decisiva.

Quanto à Universidade, o Dr. António de Vasconcelos deixou demonstrado que a devoção desta para com a Senhora da Conceição vinha desde o princípio. A Universidade de Paris tinha aderido à doutrina da Imaculada Conceição logo que teve conhecimento dos argumentos de Duns Scotto. A festa de Nossa Senhora da Conceição foi instituída em Coimbra pelo bispo D. Raymundo Evrard, por provisão datada de 17 de Outubro de 1320, e celebrou-se pela primeira vez na Sé Velha no dia 8 de Dezembro desse ano. A Universidade não deve ter sido estranha a este facto. Mais tarde, em 1453, quando a Universidade se encontrava em Lisboa, o Papa

(Continua na pág. 5)

(Continua na pág. 5)

« FÁTIMA DESMASCARADA »

Resposta de
JOÃO ILHARCO

(Continuação da pág. 1)

Já pedi ao sr. Cónego para aclarar, como é indispensável, aquilo que escreveu. Sua Rev.^a em vez de satisfazer o meu legítimo pedido, como lhe competia, limitou-se a insistir no mesmo palavriado.

Não, sr. Cónego Urbano Duarte. Tenho o direito de lhe exigir que aclare devidamente esta história dos 700 contos, exibindo as provas.

Tem a palavra.

2.^a

No «Correio de Coimbra» de 28 de Outubro, o sr. Cónego Urbano Duarte escreveu o seguinte:

«Desde 1917 que o fenómeno de Fátima movimenta o meio católico português.»

Por outras palavras: para o clero e para os católicos, a religião, em Portugal, gira em torno do culto de Fátima, tornado sagrado e inatacável. Na realidade, durante quarenta anos, a ninguém foi permitido publicar fosse o que fosse em desabono de Fátima. Tomás da Fonseca, se quis escrever acerca de Fátima, foi ao Brasil editar o seu livro, cuja venda foi proibida no nosso país.

Diz o povo «que o uso faz lei», e o clero nunca supôs que, em Portugal, fosse possível erguer-se uma voz que pusesse a nu a mistificação de Fátima. Mas eis que aparece nas montras das livrarias um livro intitulado «Fátima Desmascarada». Que ódios se concitaram sobre o seu autor!

Ah! saudosos tempos dos autos-de-fé!

O sr. Cónego Urbano Duarte, no «Correio de Coimbra» acima referido, publica uma crónica sob o sub-título «Fátima Desmascarada». A respeito da obra não diz uma palavra, mas, em compensação, injúria grosseiramente o seu autor. Acha o sr. Urbano Duarte que essa atitude é digna dum cónego e dum pessoa que tirou um curso universitário?

O clero português, todo vinculado a Fátima por disciplina hierárquica, não está à altura de fazer a «Fátima Desmascarada» uma crítica desapassionada, e mais não pode do que desferir pedradas contra ela.

Alguns notáveis escritores portugueses, professores universitários, magistrados, médicos, advogados e muitas outras pessoas que sabem ler e que possuem capacidade para discernir, têm-me dirigido espontâneos e calorosos aplausos por ter escrito e publicado «Fátima Desmascarada».

Outro facto significativo: a primeira edição, de 2.500 exemplares, esgotou-se em dez dias; a segunda, de 4.000 exemplares, vendeu-se em cerca de quinze dias; e presentemente os prelos estão a imprimir a terceira edição.

(Continuação da pág. 1)

prio se desmascara, sem intervenção violenta de ninguém. Para quê temer livros e leituras, se houver cultura nos leitores... O único perigo da «Fátima Desmascarada» é cair em mãos de pessoas cerebralmente infantis.

Para maior clareza sigamos a ordem proposta pelo sr. João Ilharco que dividiu a sua resposta em 4 partes.

1.^a PARTE

Aceito genéricamente o princípio: se eu viesse publicamente acusar alguém, sem ser capaz de demonstrar que essas acusações eram verdadeiras, «toda a gente teria o direito de me considerar um caluniador». É um princípio válido tanto para mim como para o sr. João Ilharco.

Ora o sr. João Ilharco, sem

... e a caravana passa, não é verdade?

3.^a

Na minha réplica ao primeiro artigo do sr. Cónego Urbano Duarte, apresentei dois exemplos, de entre alguns registados em «Fátima Desmascarada», que a vidente Lúcia de Jesus é useira e vezeira em mentir.

No segundo exemplo, ao transcrever as declarações feitas por Lúcia em 1936 para o escritor católico Antero de Figueiredo («Fátima», pág. 13), por lapso omitti seis palavras que são indispensáveis para se provar que Lúcia, cerca de dez anos depois, mentiu para o P.^o Jongen.

No livro de Antero de Figueiredo lê-se o seguinte:

«Pronta e serena Lúcia responde com segurança:

— «Ninguém na terra tem poder para me mandar falar sobre tal assunto. Se é um segredo e de mais a mais Divino! ESSE SÓ NO CEU O REVELAREI.»

Estas seis preciosas palavras provam que Lúcia mentiu quando, mais tarde, afirmou para o P.^o Jongen (Revista «Stella» de Novembro de 1946) que já em 1927 tinha revelado o segredo ao Bispo de Leiria e outras autoridades religiosas, como provam, igualmente, que o texto do segredo (ou segredos) dado à estampa em 1938 no livro «Jacinta», não passa de pura obra de ficção, da qual Lúcia não é a autora.

4.^a

E como este escrito já vai longo e eu tenho algo que dizer acerca do que o sr. Cónego Urbano Duarte escreveu no «Correio de Coimbra» de 18 de Novembro, continuarei no uso do direito de resposta.

JOÃO ILHARCO

COMENTÁRIOS ÀS ALEGACÕES DO AUTOR
SENHOR JOÃO ILHARCO

provas nenhuma histórica, atribuiu ao embuste de pelo menos três clérigos (Vigário do Olival, Prior de Fátima e Dr. José Correia da Silva, futuro bispo de Leiria) todo o fenómeno — Fátima.

Por outras palavras, estes são apresentados por aldrabões, «embusteiros», «empresários». Será isto uma acusação grave, ou não? João Ilharco não apresenta nenhuma prova inofismável, «indesmentível». Logo João Ilharco deverá ser considerado caluniador.

Mas estes morreram, e aos mortos facilmente se bate... embora mande a honra que não se ataque quem defender-se não pode. Aos corajosos não faltará entretém. Será por isso que João Ilharco se atira que nem uma fera à vidente Lúcia de Jesus, cuja personalidade rasga de alto a baixo: «doente», «histérica», «animalidade de instintos», «tarada», «egocêntrica», «mitomaniaca», «useira e vezeira em mentir», etc.

Lúcia de Jesus está viva, goza de geral consideração, e para quantos com ela contactam (engenheiros de obras, médicos, escritores, além das irmãs do seu Convento) mostra-se uma mulher razoável, prática, de normal inteligência e vontade, apesar de avançar já pela casa dos sessenta. Com que direito, João Ilharco, que não é especialista que a tenha submetido a exame, nem com ela conviveu dias nem horas, pode de forma «indesmentível» provar que a sua personalidade é patológica? Logo... aplique-se o princípio: João Ilharco pode ser considerado caluniador.

Quanto a mim, Urbano Duarte, serei caluniador? É verdade que acusei, mas as minhas acusações mais não são do que conclusões de premissas estampadas pelo punho de João Ilharco em «Fátima Desmascarada». Até fui maçador na recolha de textos. A minha prova está nos textos. Não digo mais que eles dizem, a não ser reduzindo-os por palavras minhas a uma síntese, mas síntese imposta pela lógica (a de Aristóteles com os seus princípios de compreensão e de extensão, que não consentem consequente que não esteja implícito no antecedente; claro que não é a lógica da «batata»...).

E o autor visado, pelo que aduz nesta sua resposta, não se queixa da minha argumentação, embora continue a doer-lhe a acusação. Ele, e não eu, é que foi o seu inimigo. Logo, a minha prova foi «indesmentível». Por isso, ninguém terá o direito de me considerar caluniador.

Só uma das três acusações parece não ter satisfeito o meu opositor: a vergonhosa negociata dos «700» contos proposta ao sr. Bispo de Leiria, em troca da não-publica-

ção de «Fátima Desmascarada».

Sobre ela, o sr. João Ilharco exige que eu «exiba as provas». Eu preferia não exhibi-las ao público; bastava-me indiciar ao integérrimo defensor da autêntica verdade histórica sobre Fátima que eu estava senhor delas. Não afirmo ter eu contactado com um sacerdote de Coimbra? Não dei a entender claramente estar a par do carteamto com Leiria? Dois elementos bem concretos e contundentes... Não louvei eu as Autoridades Eclesiásticas de Leiria por se recusarem a dar a mínima audiência à negociata? Todos estes pormenores significam para pessoas habituadas à verdade objectiva e não às invencionices da fantasia ou a simples obsessões mentais (ou económicas...) que eu não iria tão longe (cheguei a concluir que estávamos «diante dum pobre chantagista de província...») se não estivesse seguro nas «provas».

Já que João Ilharco me passou tão solenemente a palavra, vamos a isso, embora ele (e todos os seus turiferários) deva cobrir a cara de vergonha.

Vamos, por ordem, como tanto deseja João Ilharco.

1 — Em Março de 1969, o autor de «Fátima Desmascarada» teve, após telefonema, uma entrevista no Seminário de Coimbra com o Rev. P. José Varanda que foi pároco da Sé Velha e hoje Vigário Geral da Diocese. Mostrou-lhe o manuscrito, deu-lhe conta da possível escandaleira no meio católico português provocada pela sua publicação, mas — tolerante como é! — mostrou-se abordável quanto à maneira de prevenir o escândalo, desde que o seu labor de longos anos visse justa compensação. Deste encontro saíram duas cartas do P. Varanda: uma para o Dr. José Galamba de Oliveira (15 de Abril de 1969), outra para o Bispo de Leiria, sr. D. João Pereira Venâncio.

Quanto a esta última, um resumo autenticado diz-me:

«Uma carta do P. Varanda ao sr. Dom João falando no manuscrito, escrita a pedido ou sugestão do João Ilharco, falando na venda do manuscrito, expondo dúvidas, sugerindo um diálogo, através de intermediário.

— O sr. Dom João enviou um intermediário para esclarecer dúvidas. Mas sem delegação alguma para o problema da venda do manuscrito. Ao ser abordada a questão económica, o intermediário que ia simplesmente para esclarecimento de dúvidas sobre a história de Fátima, nem sequer a considerou.»

O intermediário foi o Dr. José Galamba de Oliveira,

autor de «Jacinta» e o polígrafo de Leiria mais dedicado aos temas de Fátima.

Portanto, temos duas pessoas idóneas, individual e socialmente, a testemunhar os propósitos do sr. João Ilharco que visavam duas alíneas: a) esclarecimento de dúvidas (desta descreio eu); b) venda do manuscrito (aqui, sim, é que se concentrava a mira).

2 — A prova não pára por aqui. Há mais e melhor. Qualquer coisa à maneira dos Tupamaros a combinarem cautelosamente o resgate da presa preciosa. Trata-se de três cartas dirigidas ao Dr. José Galamba de Oliveira, manuscritas, sem data nem assinatura (a empresa era perigosa e não devia deixar rasto!), a principiar por uma história comovente de sensibilidade pela religiosidade da esposa, com frases de magnífica coragem moral para proclamar a sua verdade, essa verdade que lhe nascera após anos de trabalho, mas ao mesmo tempo reconhecendo que cedia à cobardia... se lhe dessem pelo manuscrito 800 contos, sem um centavo a menos!

Elas aí ficam arquivadas nas páginas do «Correio de Coimbra» a atestar quanto apreço nos merece o autor de «Fátima Desmascarada».

É um monumento a João Ilharco desmascarado, ao João Ilharco — autor de «Fátima Desmascarada». Claro que ao sr. João Ilharco, professor primário, chefe de família, pai de filhos, amigo das letras — a esse não consinto eu que alguém, seja quem for, ouse humilhar nas colunas do «Correio de Coimbra». Nos prélios do espírito aspiro à mesma dignidade ideal que preside às pugnas desportivas. Basta que entre os contendores, crentes ou descrentes, se respeite e sirva a dignidade do homem.

3 — Antes, porém, de os olhos dos leitores se abrirem em espanto perante o que vão encontrar nas cartas fotocopiadas, quero responder a uma questão básica: E essas cartas anónimas são de João Ilharco? A minha resposta é peremptória: não há lugar para dúvida. Ora vejamos:

a) A exposição nem sequer fingiu linguagem em 3.^a pessoa, como de suposto intermediário: é o «eu» com a sua própria história, com as suas investigações sobre a verdade a respeito de Fátima; o «eu» de João Ilharco a sonhar-se rico e famoso, com «um assunto palpitante, capaz de despertar o interesse de todo o mundo»; o João Ilharco, auto-convencido de ser autor de um livro «esplendidamente documentado» e de «conclusões irrefutáveis»; um «eu» com rompantes de intemerato, com escrúpulos num primeiro instante de desonestidade, mas que depois

«FÁTIMA DESMASCARADA»

(Continuado da pág. 2)

cede, permitindo que o covarde vença. Tal análise introspectiva só podia ser realizada pelo próprio — o próprio autor de «Fátima Desmascarada».

b) Ninguém, senão João Ilharco, desvanecido com o seu livro, poderia escrever: «Não me seria difícil vendê-los por dois mil ou até três mil contos». Ele próprio nas primeiras alegações aqui no «Correio de Coimbra» o confidenciou: «Em 1968 estive em contacto com cinco grandes editoriais estrangeiras... Duas delas mostraram-se bastante interessadas... e pela venda da propriedade do livro nunca pedi menos de 2.000 contos».

c) A terminologia ideológica é a mesma da usada na «Fátima Desmascarada» e na defesa publicada no «Correio»: «Amando apaixonadamente a verdade, o meu dever é contribuir, dentro das minhas forças, para desmascarar uma das maiores mistificações de todos os tempos».

d) Só João Ilharco podia enviar de um livro, simplesmente manuscrito e na exclusiva posse do autor, a cópia do «Preâmbulo», a cópia de três capítulos da «Velha História» e a cópia do primeiro capítulo da «Nova». Só ele podia «enviar, também, o título de todos os capítulos do livro, e do número de folhas manuscritas que cada um abrange». Os leitores poderão observar em fotocópia «o título de todos os capítulos», e para que não fiquem com dúvidas, terão ao alcance do mesmo golpe de observação a fotocópia do índice do livro já impresso e à venda.

e) Para último retouque na identificação entre o autor das cartas sem assinatura a exigirem 800 contos, «nem menos um centavo», (e eu, por lapso de memória, a escrever só 700...) e João Ilharco, acrescentarei, de passagem, duas pinceladas mais:

— O autor escreve à mão as suas alegações para o «Correio de Coimbra», tal como escreveu as cartas não assinadas. Ora, dando um pequeno desconto a letra mais erguida e a letra mais deitada, é exactamente a mesma estrutura de escrita. Isto, pode garantir-se, antes de qualquer estudo de Instituto especializado, porque salta à vista.

— Segunda pincelada. E esta autenticada por pessoa de «alto coturno» da Cúria de Leiria: «Já o livro impresso, antes de ser colocado no mercado, o sr. D. João recebe um S.O.S. do filho de João Ilharco, Dr. Jorge Ilharco, notário em Penacova e com residência em Coimbra. Envia três exemplares do livro. Uma carta, à parte, em envelope registado, com outro dentro e carta neste último. Na carta fala do livro do pai que faria muito mal. Para suspender a venda, propõe a diligência urgentíssima do Prelado (evidentemente na linha económica — mas não fala em dinheiro nem em quantia). Pede uma resposta urgente. Até sugere e indica a resposta em termos lacónicos, até dia determinado. De contrário o livro seria posto à venda. O Prelado nem sequer acusou a recepção dos livros e da carta. Pouco tempo depois o livro circulava.»

E basta de preâmbulo às três preciosas cartas que, à maneira do Mar Vermelho para os Egípcios em perseguição do Povo Hebreu, pretendiam sepultar no olvido todo o honesto arsenal de «Fátima Desmascarada» contra «uma das maiores mistificações de todos os tempos»!

O meu livro trata igualmente um assunto palpitante, capaz de despertar o interesse de todo o mundo, com a diferença de que está esplêndidamente documentado e chega a conclusões irrefutáveis. Não me deveria ser difícil vendê-lo por dois mil ou até três mil contos.

Minha mulher mostrou-me o problema sob outro ângulo: se eu publicasse o livro no estrangeiro, não me tornaria em Portugal a vida impossível?

Não se pensa que se atemorize com facilidade, mas, sem o confessar, pensei que minha mulher não estava a encerrar a questão por um falso primor. Ela, que é inteligente, deve ter adivinhado o que me ia no espírito, e veio, cautelosamente, com uma sugestão:

— "Porque não propões a venda do livro aos superiores de Fátima? Mesmo que ele te renda metade, ou mesmo um terço, do que aquilo que te poderia dar no estrangeiro, poderias gozar o mesmo bem-estar, dentro da pátria e junto da família, o produto, embora reduzido, do teu trabalho."

Ela sabe qual é a minha parte vulnerável...

No primeiro instante repeli a sugestão, que me parecia conduzir a uma desonestidade. Mas o covarde, que vive preso da meia com o interestado, desta vez venceu.

Estou disposto a vender "A Verdade a Respeito de Fátima" para que V.º Esc.º e os seus colegas e superiores possam, desde já, formar um livro, junto envio a cópia do "Preâmbulo", de três capítulos da "Velha História" e do primeiro capítulo da "Nova".

Envio, também, o título de todos os capítulos do livro, e do número de folhas manuscritas que cada um abrange.

Se a aquisição do livro interessar a V.º Esc.º, precisaria de entrar em contacto pessoal, e, para isso, terá V.º Esc.º

Dr. Sr. Dr. José Galamba de Oliveira:

Escrevi, com o propósito de ser publicado além-fronteiras, um livro a que dei o título "A Verdade a Respeito de Fátima".

No formato da 1.ª edição de "A Selva", de Ferreira de Castro, deve dar 250 páginas de composição.

Minha mulher tem ido a Fátima por ocasião das maiores peregrinações, e eu, que sou extremamente tolerante, acompanho-a sempre. Parece-me que no dia 13 de Maio deste ano estive ali pela quinta vez.

Minha mulher, entusiasmada com o espectáculo a que assisti, pediu-me que não concorresse para o descrédito de Fátima, que dava lugar a grandiosas e impressionantes manifestações de fé, e que tão grande prestígio alcançara para Portugal no mundo católico.

Respondi-lhe que não desistiria dos meus projectos por duas razões:

1.ª Amando apaixonadamente a verdade, o meu dever é contribuir, dentro das minhas forças, para desmascarar uma das maiores mistificações de todos os tempos.

2.ª A obra levava-me anos a coordenar e a escrever, e eu não seria tão tolo que me dispusesse a renunciar aos vultuosos proventos que me poderá proporcionar.

E falei-lhe dum livro sem qualquer valor histórico, "A Vida de um Presidente", de William Manchester, que recebeu por milhares de contos, unicamente porque se tratava de um assunto palpitante, que despertou o interesse de todo o mundo.

de fazer publicar no "Diário de Notícias" de 30 de Junho o seguinte anúncio

Precisa-se

Sócio capitalista

para financiar empresa lucrativa.

Praça Boage, 264-1.º - Setúbal.

A praça não tem o nº 264.

Dou o prazo suficiente para o caso poder ser ponderado por quem de direito.

Se o anúncio for publicado, escreverei a V.º Esc.º a marcar um encontro com a pessoa (poderão ser duas) insubstituível de apreciar o livro.

De la minha parte, se o livro for vendido, darei, por escrito, todas as garantias que me forem exigidas, perante a honestidade e boa-fé com que procedo.

Uma coisa devo declarar desde já: se quiserem adquirir o livro terão que me pagar 800 contos. Além desses um cento avo. Sei onde o poderei vender por preço bastante mais elevado.

Esta oferta não voltará a ser feita, se o anúncio não for publicado no dia 30. Se essas condições se voltarem a escrever, V.º Esc.º não deveriam responder e poderiam lançar-me ao rol dos troca-tintas.

«FÁTIMA DESMASCARADA»

2.ª PARTE

Outra vez, João Ilharco revela que não sabe deduzir: generaliza indevidamente. Se afirmei que desde 1917, o fenómeno — Fátima movimento — meio católico português, nem por isso aceito que «para o clero e para os católicos, a religião, em Portugal, gira em torno do culto de Fátima, tornado sagrado e inatacável». Na minha frase há uma observação de carácter sociológico: quem observar o meio português, de 1917 até hoje, tem que registar com relevo, mesmo sob o ângulo externo, a existência de actividades várias relacionadas com Fátima. Na interpretação de J. Ilharco acentua-se uma relação essencial entre religião e Fátima que eu não aceito, nem nenhum católico poderá, teologicamente, aceitar. «A religião gira em torno (chegou mesmo a escrever «depende») do culto de Fátima» — é frase que nenhum católico culto defende, sem lhe acrescentar distinções.

O alimento significa vida, mas vida é outra coisa mais que alimento.

Quanto à permissão de publicação de livros em desabono de Fátima, alegamos ao menos agora. O seu dá testemunho, embora pouco honroso, mesmo culturalmente, para o autor das suas linhas.

Quanto a Tomás da Fonseca que invoca — embora no livro só uma vez, salvo erro, cite, apesar de nele respigar amiudadamente pensamentos, conhecimentos, notícias e citações, sei dizer-lhe

que li «Na Cova dos Leões», comprado em Abril de 1959 em Coimbra, composto e impresso na «Emp. Tec. de Tipog., L.da — Vila Franca de Xira, e datado em Lisboa, 1958. Entretanto é um truculento ataque a Fátima... Mas se o sr. João Ilharco defende a liberdade da Imprensa, também eu. Vamos adiante.

As pedradas ao seu livro, não passam, como todos entendem, de imagens, e a imaginação é das coisas mais subjectivas. Se as minhas críticas assim lhe aparecem, como fazer para que não apareçam? Não regateio louvores quando se impõem; mas, contra a minha consciência, isso não. Aqui fica um: o seu livro, apesar de todos os erros por falhas culturais, terá o mérito de alertar quem de futuro escrever sobre Fátima, na preocupação de uma mais perfeita fidelidade aos textos e de uma mais rigorosa e objectiva interpretação crítica.

A minha atitude não pode ser outra: desde que seja digna do Urbano nascido em Pescaneco e depois a viver e a ler sempre em Coimbra, também será digna do universitário e do cônego.

E o clero português será, como julga, assim tão apaixonado e odioso? O homem, não tenha medo do ódio dos padres nem das fogueiras da Inquisição! Até porque, exemplar bem nacionalmente típico dum certo jacobinismo tardio, o Senhor não me parece digno de grandes cóleras.

Um homem como João Ilharco, pertencente à classe

do Professorado Primário, do que deveria ter medo, isso sim, era das sanções da lei comum se por acaso, alguma vez, deixasse de exercer com dignidade a sua nobre profissão! Acredito que notáveis escritores portugueses, professores universitários, magistrados, médicos, advogados, pessoas a *saberem ler* e com capacidade de discernir mandem aplausos. J. Ilharco surgiu como condestável intrépido! Rasgou, publicamente, convenções da maioria, de uma «massa estúpida e atrasada». Se algum deles ler estas linhas, os tais que *sabem ler e discernir*, renovará lá no íntimo, posto diante da verticalidade do escritor, aplausos pela intrepidez ou ficará a desconfiar da tentação dos proventos? E olhe que este aplauso íntimo — genuína semente — é o único que saía plenamente quem escreve. Os outros são folhas de Outono que nem as cabras comem.

Não admira que venda livros: o escandalozinho é saboroso, mesmo sem alicerce. Já reparou que onde cheirar a bicho podre logo enxameiam as moscas? Olhe que já alguém me perguntou: «Então a Lúcia já fugiu de Coimbra? Que tudo era falso!» Verdade do género das *suas verdades*, e por elas posta a correr!... Trovoadas sempre as houve e haverá. Condição para melhor se apreciar o bom tempo.

Sim, «a caravana passa» e a poeira dilui-se. Com latido ou não, desses maravilhosos animais que as suas reticências me associam. Pois fique

sabendo que a comparação — por tanto admirar a sua (deles) sensibilidade — em nada me ofende, embora me repugnasse a respeito do sr. João Ilharco, usá-la. Além de que, sr. João Ilharco, as caravanas não são constituídas só por homens!...

3.ª PARTE

Volto a registar a desoladora falta de lógica de João Ilharco. Por alguns exemplos, e estes mal fundamentados (como num caso já demonstrei, por simples interpretação minha que excluía a irreductibilidade de proposições por ele apresentadas como contraditórias e que não passavam de contrárias...) — quer provar que «a vidente Lúcia de Jesus é useira e vezeira em mentir».

Esquece que Antero de Figueiredo não é historiador, mas romancista, sensibilidade literária, para quem a flor vale mais que o fruto. Quem lhe garantiu que cada uma daquelas palavras foi preferida tal qual por Lúcia? Não será ela a ignorante, a boçal do seu perfil psicológico? E está agora a querer aceitar, como dela, a perfeita, esmaltada, fraseologia que foi ler no livro de Antero de Figueiredo?

Onde a coerência? Logo, para quê levantar problemas baseados em «seis preciosas palavras»? Quando peritos preparam leis ou tratados, então cautela até com as vírgulas. Relativamente a uma «estúpida e ignorante de condição serrana», como o sr. João Ilharco a prende, basta de tanto exigir, Santo Deus!

Outra observação: o tal P. Iongen para quem — segundo João Ilharco assevera — *Lúcia mentiu*, conhecia o texto de Antero de Figueiredo, conforme anota Mar-

tins dos Reis. É necessário nunca ter lido na íntegra o interrogatório feito por H. I. Iongen a Lúcia quando ela se encontrava em Tuy (3 e 4 de Fev. de 1946) para ter a ousadia de afirmar que Lúcia mentiu! Pois se Lúcia lhe explica como, a quem e porquê foi revelando o segredo! Eu concluo que João Ilharco não o leu. Doutra maneira, não se topava com a tal mentira. Para fazer de historiador, sr. João Ilharco, não se contente com excertos, busque os textos na íntegra. Sem isso, adeus história.

Não admira: para João Ilharco, bem informado, o P. Huberto J. Iongen é jesuíta — assim escreveu na «Fátima Desmascarada» e repetiu nas suas primeiras alegações para o «Correio de Coimbra». E não é nada disso: ele é monfortino, pertence à Congregação dos Monfortinos, de S. Luis Maria Grignon de Monfort, em que entrou em 1925. Pequenos nada... Mas a exactidão da verdade histórica exige-os. Quem nos engana ou se engana nas pequenas coisas, mais se engana e nos engana nas grandes.

★

Fui demasiado longo nesta resposta. João Ilharco talvez continue a considerar-me grosseiro. Mas os leitores, para os quais escrevo, julgarão.

Por mim, estou certo não ter traído a minha consciência. E mais: ter prestado um serviço.

Daqui em diante vou parar o meu moinho: já não vejo grão que moer! Se João Ilharco voltar, talvez ainda abra o tornadoiro, mas sem detença e para encerrar definitivamente.

URBANO DUARTE

2.ª carta, para aperfeiçoar os pormenores da negociação.

2.ª carta, para aperfeiçoar os pormenores da negociação.

Reflecti melhor sobre a proposta que fiz a V.ª Esc.ª na minha primeira carta e resolvi alterá-la em alguns pontos:

- 1.ª - Incluo envio a cópia de mais dois capítulos: «A Dança do Sol na Cova da Iria» e «Qual é a Mensagem de Fátima?»
- Como me parece que V.ª Esc.ª, pelo «treambuló» e os seis capítulos, podem avaliar sem grande erro o valor do meu trabalho;
- 2.ª - Deixa de ser válida a proposta que fiz no sentido de nos enviarmos, a fim de V.ª Esc.ª poderem tomar conhecimento de todo o original que forma o livro.
- 3.ª - No entanto, faço ainda uma concessão: enviarei ainda a cópia de dois capítulos à escolha de V.ª Esc.ª
- Para eu saber que V.ª Esc.ª desejam a cópia de mais dois capítulos, o anúncio, cuja forma enviei na outra carta, deverá ser publicado no «Diário de Notícias» de 25 de Junho.
- 4.ª - Se este anúncio for publicado, entende-se que V.ª Esc.ª desejam comprar o livro e eu marcarei, por carta, a hora e local do encontro para se realizarem a venda. V.ª Esc.ª podem vir munidos dum documento, que eu assinarei, e no qual sejam asseguradas as condições de boa fé e inteiro sigilo, que a mim também interessa.
- 5.ª - Se o anúncio não for publicado no dia 25, isso significa que a compra do livro não interessa V.ª Esc.ª e eu considero-me-lhe desligado da transacção.
- Neste caso ponho em prática o meu primeiro projecto, e o livro virá a ser publicado em várias línguas.
- Devo esclarecer que o original do livro está escrito em folhas que não contém tanto texto como estas, mas, como disse, devem dar cerca de 250 páginas impressas.

3.ª carta a dar conta de novas preocupações para que a negociata não falhe

3.ª carta a dar conta de novas preocupações para que a negociata não falhe

Na minha última carta, carta comiti, como omiti, não tive dito a V.ª Esc.ª a maneira como poderia fazer-me saber os capítulos que desejaria conhecer.

No caso de estar interessado, faria publicar no «Diário de Notícias» de 26 ou 27 de Junho o seguinte anúncio:

Assinar-se

Fascículos... da... parte

e... da... parte da

«Volta ao Mundo» de Ferrás de Castro

Escrever ao sr. ... deste jornal

O anúncio dirá fascículos em vez de capítulos. Em 1.ª e 2.ª capítulos e a parte a que pertencem (1.ª ou 2.ª) serão indicados por V.ª Esc.ª.

CARTAS PARA LONGE

(Continuado da pág. 10)

número do programa uma lição de amor, um exemplo de bondade, uma exaltação de fé ou de patriotismo. De tal modo se afervoraram esses nobres sentimentos que, logo adiante, a soma para aquele fim subia a 6.680\$70; e, quando fechámos as contas da encantadora viagem pelo centro de Portugal, só tivemos de atribuir às caixas escolares a quantia de 789\$30, dentro da despesa de 7.470\$00.

Ajudavam duas quadritas, com um pequeno zabumba:

Minha alegre violinha
Não nos deixes nesta hora:
Vamos cantar e dançar,
Por esses caminhos fora.

A alegria só faz bem,
É luz que tomba dos Céus.
Coração e alma alegres
Têm sempre a bênção de Deus!

A nossa passagem era assinalada por papéis de cor, que proclamavam:

Nossa terra, o mais belo cantinho
Brilha ao Sol numa encosta
sem par;
Com bordados de pão e de vinho,
Sobe a rir, em preceito de altar.

Portugal é jardim, bem sabemos,
Que no mundo não tem compa-
nheiro;

Mas o berço que a Deus nós
devemos
É sem falta o mais lindo canteiro.

Corações! Eia! Ao alto! Em sen-
tido!
Almas pobres descrentes, a pé!
Que o triunfo só é consentido
Aos leais corações, que têm fé!

Assim, «cantando e rindo»,
atravessámos Viseu e o Buçaco;
visitámos Fátima, Batalha, Alco-
baça, Nazaré e o pinhal de Lei-
ria; a Marinha Grande, Leiria,
Coimbra, Aveiro e Porto, donde
rodámos para leste. Que de evo-
cações e que de lágrimas a ba-
nharem-nas!... São, meus caros
amigos, as minhas companhei-
ras, na soledade em que, às ve-
zes, me vejo!

Coimbra e 2.ª quinzena de
Novembro, de 1971.

O velho professor,
Albino de Carvalho

† FALECIMENTOS

Leopoldo da Cunha Matos

Faleceu no dia 30 de Novem-
bro, na Casa do Serrado, em
Viseu, o sr. Leopoldo da Cunha
Matos, industrial, natural de
Manteigas, de 72 anos, casado
com a sr.ª D. Madalena Angé-
lica Morais da Cunha Matos;
era pai do sr. Eng. Leopoldo de
Morais da Cunha Matos, Go-
vernador Civil de Coimbra, e
do sr. Dr. João Morais da Cu-
nha Matos, embaixador de Por-
tugal na Suazilândia.

O falecido foi vereador da Câ-
mara Municipal de Manteigas,
presidente da Comissão da União
Nacional daquele concelho, des-
de a fundação do organismo, e
depois da comissão concelhia da
A. N. P.. Foi ainda, membro dos
corpos directivos do Grémio dos

Industriais de Lanifícios de
Gouveia.

O funeral realizou-se ontem,
dia 1, do oratório da Casa do
Serrado para o jazigo de família
no cemitério de Viseu.

**D. Maria do Patrocínio Quirino
Palha M. Monteiro**

Faleceu nesta cidade, a sr.ª
D. Maria do Patrocínio Quirino
Palha de M. Monteiro, viúva, de
64 anos, natural de Pinhel. A
extinta, era mãe do sr. Dr. Ângelo César Palha Macedo Mon-
teiro; e sogra da sr.ª D. Maria
Manuela Ferreira Ramos Mon-
teiro.

As famílias enlutadas apre-
senta o «Correio de Coimbra»
sentidos pêsames.

CASO E OPINIÃO

(Continuado da pág. 10)

sentido artístico em nós, a aguar-
dar apenas ocasião para desper-
tar. E se as notícias do mundo
nos põem em contacto com a
vida desse mundo, a elaboração
artística põe-nos em contacto
com o que de mais belo se es-
conde dentro de nós, pertence
à humanidade e se pode tornar
elo de ligação entre pessoas e
povos.

Nunca se justificaram as ilhas
humanas: menos hoje.



Perfumaria Galera
Praça do Comércio, 60
Coimbra

PERFUMARIAS
ALTA COSMÉTICA
BIJUTARIAS
CONSULTORA DE ESTÉ-
TICAS
MAQUILHAGENS GRA-
TUITAS

«FÁTIMA DESMASCARADA»

ÍNDICE

I PARTE

A VELHA HISTÓRIA DE FÁTIMA

	Págs.
— PREÂMBULO	7
I — Fátima — O meio geográfico e social	17
II — Os pais dos videntes	21
III — Francisco e Jacinta como foram na realidade	25
IV — A vidente Lúcia de Jesus	35
V — Lúcia é uma histérica mitomaniaca	55
VI — As aparições de Fátima, segundo a versão dada por Lúcia	63
VII — Provas — apresentadas aos crentes — de que a Virgem não apareceu em Fátima	83
VIII — Como se realizaram as aparições?	95
IX — O segredo da velha história	105
X — Lúcia anunciou em 13 de Outubro de 1917 que a «Grande Guerra» tinha acabado nesse dia	115
XI — O valor probatório dos milagres	119
XII — A dança do Sol na Cova da Iria	125
XIII — Fátima reflectida num espelho, ou o milagre de Vilar Chão	143
XIV — Qual o conteúdo da mensagem de Fátima?	155
XV — La Salette, Lourdes e Fátima	163
XVI — Fátima e a política	189

II PARTE

A NOVA HISTÓRIA DE FÁTIMA

I — Lúcia não é a autora da Nova História	197
II — Uma Jacinta e um Francisco que nada têm de comum com os pastoritos de Fátima	207
III — A fábula da penitência e dos sacrifícios dos videntes	217
IV — As aparições do Anjo	223
V — O segredo da Nova História de Fátima	237
VI — Afirmações que são desmentidas e contradições	253
VII — A memória de Lúcia — Pura ficção	275
VIII — Fátima sofre de gigantismo	281
IX — Problemas e considerações postos à razão de crentes e descrentes	287
X — Conclusão	293

1.ª Parte

A Velha História de Fátima

— <i>Preâmbulo</i> — (transcrito)	6 folhas
I — Fátima — O meio geográfico e social	9 "
II — Os pais dos videntes	5 "
III — Francisco e Jacinta como foram na realidade	9 "
IV — A vidente Lúcia de Jesus	15 "
V — Lúcia é uma histérica mitomaniaca (com as provas dos registos enumerados pela tratadista)	7 "
VI — As aparições de Fátima segundo a versão dada por Lúcia — 20 "	
VII — (Vai transcrito)	
VIII — (Vai transcrito)	
IX — Lúcia anunciou em 13 de Outubro que a Grande guerra tinha acabado nesse dia	5 "
X — O segredo da velha história (transcrito)	7 "
XI — O valor probatório dos milagres	7 "
XII — A dança do Sol na Cova da Iria	22 "
XIII — Fátima reflectida num espelho, ou o milagre de Vilar Chão	13 "
XIV — Qual o conteúdo da mensagem de Fátima	8 "
XV — La Salette, Lourdes e Fátima	32 "
XVI — Fátima e a política	3 "

II parte

A Nova História de Fátima

I — Lúcia não é a autora da nova história de Fátima (transcrito)	11 folhas
II — A Jacinta e o Francisco fabricados pelos fisionomistas	4 "
III — A fábula da penitência e dos sacrifícios dos videntes	4 "
IV — As aparições do Anjo	12 "
V — O segredo da nova história	16 "
VI — Contradições	22 "
VII — A memória de Lúcia	4 "
VIII — Fátima sofre de gigantismo	3 "
IX — Considerações finais	4 "

Este o índice do livro «A Verdade a Respeito de Fátima», então manus-
crito em almoeda, que acompanhava a carta anónima enviada em 1969.
Veja-se a coincidência com o índice do livro «Fátima Desmascarada»,
que apenas mudou de nome, para maior efeito comercial.